

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer Atuarial e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Seguradora atua em seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos.

Em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa também

pertencente à *holding* BB MAPFRE SH1 Participações S.A., o que propiciou maior simplicidade do modelo operacional. Referida operação foi deferida pela SUSEP em 10 de junho de 2014, através da Carta 207/2014/SUSEP-SEGER.

No exercício de 2014 a Seguradora apresentou R\$ 507,4 milhões de prêmios emitidos e lucro líquido de R\$ 4,0 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP 483/14, a Seguradora declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 288,3 milhões, considerando ter capacidade

financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		447.734	372.377	Circulante		709.546	450.290
Disponível		4.045	3.154	Contas a pagar		66.604	41.333
Caixa e bancos	5	4.045	3.154	Obrigações a pagar	12	50.361	23.778
Equivalente de caixa	5	13.239	24.658	Impostos e encargos sociais a recolher		5.258	4.657
Aplicações	6	248.957	153.369	Encargos trabalhistas		4.521	4.715
Créditos das operações com seguros e resseguros	128.318	100.302		Impostos e contribuições	13	992	524
Prêmios a receber	7	84.870	49.412	Outras contas a pagar		5.472	7.659
Operações com seguradoras		16.423	15.206	Débitos de operações com seguros e resseguros		65.165	81.875
Operações com resseguradoras	8a	27.025	35.684	Prêmios a restituir		3.382	–
Outros créditos operacionais	7.176	7.679		Operações com seguradoras		15.339	9.003
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	13.613	18.839	Operações com resseguradoras	8b	15.493	48.510
Títulos e créditos a receber	18.498	47.692		Corretores de seguros e resseguros	14	27.533	22.056
Títulos e créditos a receber	9	7.524	30.889	Outros débitos operacionais		3.418	2.306
Créditos tributários e previdenciários	23b	7.680	14.499	Depósitos de terceiros	15	4.096	22.177
Outros créditos		3.294	2.304	Provisões técnicas - seguros	16	573.681	304.905
Outros valores e bens	3.178	4.925		Danos		97.782	43.028
Outros valores		3.178	4.925	Pessoas		424.651	261.877
Despesas antecipadas	118	786		Vida individual		51.248	–
Custos de aquisição diferidos	16	10.592	10.973	Passivo não circulante		12.510	2.391
Seguros		10.592	10.973	Provisões técnicas - seguros	16	8.471	1.307
Ativo não circulante	763.639	434.244		Pessoas		8.471	1.307
Realizável a longo prazo	733.392	418.954		Outros débitos	20	4.039	1.084
Aplicações	6	483.690	235.929	Provisões judiciais		4.039	1.084
Títulos e créditos a receber	248.972	182.776		Patrimônio líquido	21	489.317	353.940
Créditos tributários e previdenciários	23b	235.484	181.660	Capital social		308.295	218.295
Depósitos judiciais e fiscais	20	12.401	339	Aumento de capital (em aprovação)		160.471	90.000
Outros créditos		1.087	777	Reservas de capital		2.518	558
Custos de aquisição diferidos	16	730	249	Reservas de lucros		19.208	47.433
Seguros		730	249	Ajuste de títulos e valores mobiliários		(1.175)	(2.346)
Investimentos	4.451	4.133					
Participações societárias		578	189				
Imóveis destinados à renda		3.863	3.941				
Outros investimentos		10	3				
Imobilizado	10	7.274	771				
Bens móveis		2.287	485				
Outras imobilizações		4.987	286				
Intangível	11	18.522	10.386				
Outros intangíveis		18.522	10.386				
Total de ativo		1.211.373	806.621	Total de passivo e patrimônio líquido		1.211.373	806.621

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013
(+) Prêmios emitidos	22b	507.433	468.699
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		13.768	(721)
(=) Prêmios ganhos	22a	521.201	467.978
(+) Receita com emissão de apólices		(58)	(117)
(-) Sinistros ocorridos	22c	(342.552)	(372.892)
(-) Custos de aquisição	22d	(116.021)	(132.255)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	22e	(52.775)	(16.701)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	22f	(5.479)	(4.105)
(+) Receita com resseguro		5.256	14.300
(-) Despesa com resseguro		(10.735)	(18.405)
(-) Despesas administrativas	22g	(26.275)	(36.592)
(-) Despesas com tributos	22h	(12.391)	(35.744)
(+) Resultado financeiro	22i	46.297	108.917
(+) Receita financeira		57.210	124.423
(-) Despesa financeira		(10.913)	(15.506)
(-) Resultado patrimonial		(83)	(77)
(=) Resultado operacional		11.864	(21.588)
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		36	34
(=) Resultado antes dos impostos e participações		11.900	(21.554)
(-) Imposto de renda	23a	(1.995)	52.340
(-) Contribuição social	23a	(1.120)	31.506
(-) Participações sobre o resultado		(4.753)	(5.580)
(=) Lucro líquido do exercício		4.032	56.712
(/) Quantidade de ações		38.433.749	26.665.783
(=) Lucro líquido por lote de mil ações		0,10	2,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	4.032	56.712
Outros resultados abrangentes	1.171	(2.346)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.957	(3.910)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(786)	1.564
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	5.203	54.366
Atribuível aos acionistas:	5.203	54.366
Controladores		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	4.032	56.712
Ajustes para:	5.387	65.802
Depreciação e amortizações	2.671	2.074
Variação dos custos de aquisição diferidos	2.256	1.717
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(17.403)	(2.344)
Variações das provisões técnicas	15.903	64.355
Outros	1.960	–
Variação nas contas patrimoniais:	19.759	(205.252)
Aplicações	(13.991)	109.781
Créditos das operações de seguros e resseguros	38.592	36.288
Ativos de resseguro	6.863	(7.101)
Créditos tributários e previdenciários	22.062	(84.386)
Despesas antecipadas	762	(726)
Outros ativos	29.627	(6.697)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.966)	19
Impostos e contribuições	(19.736)	(1.081)
Outras contas a pagar	22.201	(6.185)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(44.451)	6.353
Depósitos de terceiros	(18.864)	(22.439)
Provisões judiciais	2.261	(224.667)
Outros passivos	(3.601)	(4.411)
Caixa (consumido) pelas operações	29.178	(82.738)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(2.617)	–
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.526)	–
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	25.035	(82.738)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ajuste a valor justo - Títulos disponíveis para venda	1.171	(2.346)
Recebimento pela venda:	109	93
Investimentos	17	93
Imobilizado	92	–
Pagamento pela compra:	(8.750)	(2.399)
Investimentos	–	–
Imobilizado	–	(393)
Intangível	(8.750)	(2.006)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(7.470)	(4.652)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(31.300)	–
Aumento de capital	–	90.000
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(31.300)	90.000
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(13.735)	2.610
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.812	25.202
Incremento de caixa e equivalente de caixa por incorporação	3.207	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.284	27.812

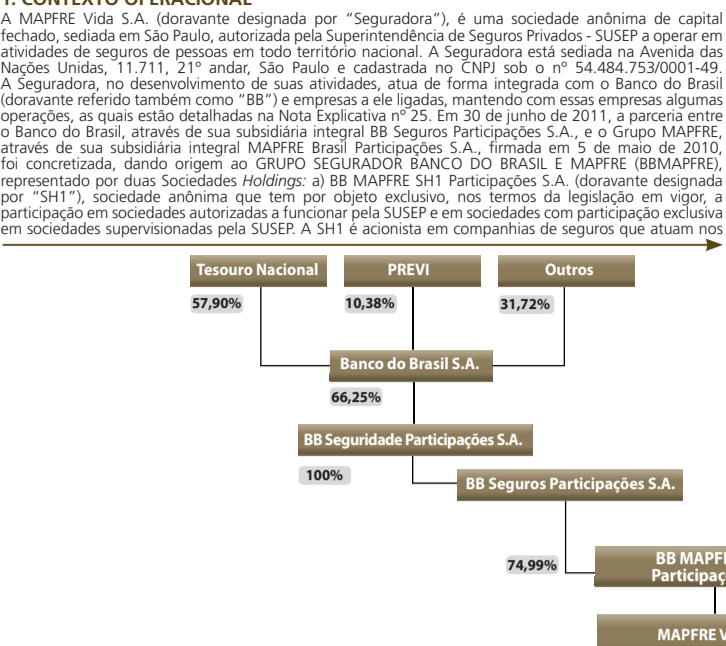
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					
	Capital social	capital em aprovação	Doações e subvenções	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários		Total
							Acumulados	Lucros/Prejuízos	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	218.295	–	112	446	–	–	–	(9.279)	209.574
Aumento de capital - AGE 20 novembro de 2013	–	30.000	–	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital - AGE 28 novembro de 2013	–	60.000	–	–	–	–	–	–	60.000
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	(2.346)	–	(2.346)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	56.712	56.712
Distribuição do resultado:									
Reserva legal	–	–	–	–	2.372	–	–	(2.372)	–
Reserva de investimentos	–	–	–	–	–	45.061	–	(45.061)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2013	218.295	90.000	112	446	2.372	45.061	(2.346)	–	353.940
Incorporação Vida Seguradora S.A. (Vide nota explicativa nº 26)	–	–	–	1.960	–	–	–	–	1.960
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.953 de 18/07/2014	60.000	(60.000)	–	–	–	–	–	–	–
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 43 de 15/08/2014	30.000	(30.000)	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital por incorporação - AGE 1º de novembro de 2014	–	160.471	–	–	–	–	–	–	160.471
Dividendos pagos - AGOE 29 de dezembro de 2014	–	–	–	–	–	(31.300)	–	–	(31.300)
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	1.171	–	1.171
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	4.032	4.032
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	–	–	–	–	202	–	–	(202)	–
Reserva de investimentos	–	–	–	–	–	2.873	–	(2.873)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(957)	(957)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	308.295	160.471	112	2.406	2.574	16.634	(1.175)	–	489.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2015. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais e foram elaboradas em moeda funcional: Real brasileiro. **c) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de seus patrimônios em circulante e não circulante pelo justo valor realizado de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **d) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo *macro hedging*) o comitê do IASB adia a data de implantação dessa norma para 1º de janeiro de 2016. A Seguradora não está analisando o impacto do IFRS 15 (Contas de contratos com clientes) vai ter nas demonstrações financeiras e, nas divulgações, a Seguradora ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. **b) Aplicações:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6 d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo de mercado no momento do reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem seu valor justo recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado pelo método de redução do valor justo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido de qualquer perda de valor recuperável. *ii. Ativos intangíveis:* Com o intuito de assegurar a recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *iii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber diretos líquidos de ressego, cossego e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o valor recuperável. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo menos o valor de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. Depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear baseado nas taxas de depreciação estabelecidas no item 10. **f) Ativos Intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 11. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **g) Classificação dos contratos de seguros:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Operações de resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguro é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável. Os valores a receber dos resseguradores são calculados de acordo com as disposições de Sinistros Operacionais definidas. **i) Custos de operações diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos, relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado pelo período de vigência das respectivas apólices. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial calculada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A despesa de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando por constatação insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), constituída por estimativa de pagamentos prováveis de futuros resseguros. **l) Riscos de recuperação de resseguro cedido:** Os riscos de recuperação de resseguro são avaliados com base no balanço patrimonial. Inclui o ajuste do IBNER (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros que, anteriormente, eram abrangidos pela PSL e IBNR. A PDR abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que não podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. **m) Sinistros Operacionais:** Sinistros Operacionais (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de sinistros. **n) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **o) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaáveis relacionadas aos sinistros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre a valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocaáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, IBNR e IBNER. Considerou-se na projeção a melhor estimativa de análise, resultando no percentual de 51,6% para a Seguradora. O valor presente esperado do fluxo relativo aos sinistros a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foi objeto de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 457/12. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há evidência de que as decisões judiciais, sobre os ativos, possam resultar em ganhos econômicos caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de éxito

ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. **m) MAPFRE BB SH2 Participações S.A.** (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH2 é acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. Visando maior simplicidade do modelo operacional, em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio da Vida Seguradora S.A., também controlada pela SH1, conforme nota explicativa nº 26. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.

provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período a medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **s) Partições nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, norteado pelas diretrizes dos modelos internacionais como COSO IIRM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas dos acionistas Banco do Brasil e MAPFRE, a gestão busca adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é realizada por meio de estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *"Value at Risk" (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Seguradora conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas como Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar à alta administração na avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas de autoridade, sendo a alta administração responsável pelo uso adequado dos recursos. **Risco de subscrição:** Os Comitês de Riscos, em seu regimento interno, possuem a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em ramos com subscrição operacional, classificados como resseguros, quando o evento de sinistro ocorrer, e quando afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos nos programas de ressego, com resseguradores que possuem ratings de risco de crédito de alta qualidade de forma que o resultado adverso de eventos específicos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de ressego:

	Bruto de Resseguro (*)	Líquido de Resseguro (*)	2014	2014
			VIDA	VIDA
Região geográfica				
Centro Oeste	115,37	26%	116,079	26%
Nordeste	6,3	2%	6,8	2%
Sudeste	4,25	2%	4,25	2%
Sul	302,734	67%	297,787	67%
Total	241,012	5%	237,847	5%
	450,331	100%	445,986	100%
	Bruto de Resseguro (*)	Líquido de Resseguro (*)		
Região geográfica				
Centro Oeste	12,829	3%	10,263	3%
Nordeste	32,691	8%	13,666	3%
Sudeste	33,046	8%	31,953	8%
Sul	22,524	5%	22,382	5%
Total	431,090	100%	415,862	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 5.204 e R\$ 51.898 (R\$ 5.270) e R\$ 42.879 em dezembro de 2013). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegem-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** *i.* Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência do sinistro, poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente o resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 2,77% nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	2014	2013
a. IBNR	Aumento	(2.397)	(2.848)
b. Sinistralidade	Aumento	(17.117)	(9.944)

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores e resseguradores. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com produtos diversos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de contrapartes de risco de crédito, operando com contrapartes de alta qualidade de crédito referidas nos ratings de risco de crédito de agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros foi considerado o *rating* da MAPFRE da Espanha.

Prêmio de resseguro cedido:

	2014	2013							
Rating	Local	Admitida	Eventual	Total	Rating	Local	Admitida	Eventual	Total
A	3.177	-	-	3.177	A	4.139	-	-	4.139
A-	1.866	-	-	1.866	A-	11.085	-	-	11.085
Total	4.139	-	-	4.139	Total	15.224	-	-	15.224

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*.

Gerenciamento do risco de crédito: Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, no caso de abaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	AAA	AA	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	594.253	-	-	594.253
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	18.292	119.990	-	119.990
Debêntures	-	-	-	18.292
Outras aplicações	-	-	112	112
Total	612.545	119.990	112	732.647

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 121.186 com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Seguradoras avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset and Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direto e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	Até 1 ano	De 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo				
Disponível	4.045	-	-	4.045
Equivalente de caixa	13.239	-	-	13.239
Aplicações (*)	146.247	322.580	-	164.927 633.748
Créditos das operações de seguros e resseguros	128.318	-	-	128.318
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	7.455	5.378	-	779 13.833
Outro crédito operacional	7.176	-	-	7.176
Títulos e créditos a receber (**)	10.818	1.087	-	11.905
Outros valores e bens	3.178	-	-	3.178
Despesas antecipadas	118	-	-	118
Custos de aquisição diferidos	10.592	730	-	11.322
Total ativos	331.187	329.887	165.700	826.774
Passivo				
Provisões técnicas (***)	265.577	194.354	-	24.572

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras:

	2014		2013	
Valor justo por meio do resultado	225.663	31%	110.501	28%
Fundos de Investimentos	225.663	100%	110.649	100%
Cotas de fundos de investimento	-	-	25.051	22%
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	98.787	44%	42.915	39%
Debêntures	-	-	96	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.125	1%	3.988	4%
Titulos da Dívida Agrária	2.868	1%	16.370	15%
Outros/Caixa/Valores Pagár/Receber/DI	(303)	-	(2.94)	-2%
Operações compromissadas	121.186	54%	24.523	22%
Carteira Administrada	-	-	(148)	-
Outros/Caixa/Valores Pagár/Receber/DI	-	-	(148)	-
Disponíveis para venda	218.512	30%	50.942	13%
Carteira Administrada	218.512	100%	50.942	100%
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	38.136	18%	26.977	56%
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	10.765	5%	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	105.904	48%	22.245	44%
Titulos da Dívida Agrária	51.075	23%	-	-
Debêntures	12.632	6%	-	-
Mantidos até o vencimento	288.360	39%	227.743	59%
Fundos de Investimentos	172.695	60%	123.840	54%
Certificados de Depósito Bancário	4.235	3%	4.639	4%
Debêntures	5.660	3%	7.235	6%
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	54.326	31%	28.476	23%
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	108.384	63%	83.490	67%
Carteira Administrada	115.665	40%	103.903	46%
Certificados de Depósito Bancário	115.665	100%	103.903	100%
Outras aplicações	112	0%	112	0%
Outras aplicações	112	100%	112	100%
Total	732.647	100%	389.298	100%

b) Movimentação

Descrição	2013	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo		Saldo incorporado	2014
				Valor	Rendimentos		
Fundo de investimento exclusivo	191.425	446.321	(583.045)	-	21.654	223.216	299.571
Fundo de investimento - DPVAT	42.915	12.133	(15.571)	-	6.302	53.008	98.787
Certificado de depósito bancário (CDB)	103.904	-	-	11.761	-	115.665	-
Debênture	-	8.377	(150)	(203)	283	4.325	12.632
NTN-B	28.697	47.557	(42.259)	(262)	4.403	-	38.136
NTN-C	-	7.510	(353)	56	656	2.896	10.765
NTN-F	22.245	83.964	(55.869)	(1.225)	6.994	49.795	105.904
Titulos da Dívida Agrária	-	50.128	(108)	(323)	1.378	-	51.075
Outras aplicações	112	-	-	-	-	112	-
Total	389.298	655.990	(697.355)	(1.957)	53.431	333.240	732.647

c) Composição por prazo e por título

Descrição	2012	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo		Rendimentos	2013
				Valor	Rendimentos		
Fundo de investimento exclusivo	358.853	344.681	(537.902)	-	25.793	191.425	-
Fundo de investimento - DPVAT	40.774	7.993	(8.949)	-	3.097	42.915	-
Letras financeiras (LF)	-	-	-	-	-	-	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	95.785	-	-	-	8.119	103.904	-
NTN-B	-	30.331	-	(2.584)	950	28.697	-
NTN-F	-	41.810	(19.004)	(1.326)	765	22.245	-
Outras aplicações	4.033	-	(3.921)	-	-	112	-
Total	499.445	424.815	(569.776)	(3.910)	38.724	389.298	-

d) Composição por prazo e por título

2014	1 a 30 dias ou sem vencimento		31 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil/Valor justo	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	219.697	1.570	500	3.896	225.663	-	225.663	-	225.663	-
Fundos de Investimentos	219.697	1.570	500	3.896	225.663	-	225.663	-	225.663	-
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	98.787	-	-	-	98.787	-	98.787	-	98.787	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.287	-	1.838	3.125	-	3.125	-	3.125	-
Operações compromissadas	121.186	-	-	-	121.186	-	121.186	-	121.186	-
Titulos da Dívida Agrária	27	283	500	2.058	2.868	-	2.868	-	2.868	-
Outros/Caixa/Valores Pagár/Receber/DI	(303)	-	-	-	(303)	-	(303)	-	(303)	-
Carteira Administrada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros/Caixa/Valores Pagár/Receber/DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda	2.001	10.770	6.198	199.543	218.512	220.469	(1.957)	218.512	220.469	(1.957)
Carteira Administrada	2.001	10.770	6.198	199.543	218.512	220.469	(1.957)	218.512	220.469	(1.957)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	38.136	38.136	38.398	(262)	38.136	38.398	(262)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	10.765	10.765	10.709	56	10.765	10.709	56
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	105.904	105.904	107.129	(1.225)	105.904	107.129	(1.225)
Titulos da Dívida Agrária	2.001	10.770	6.198	32.106	51.075	51.398	(323)	51.075	51.398	(323)
Debêntures	-	-	-	12.632	12.632	12.835	(203)	12.632	12.835	(203)
Mantidos até o vencimento	-	4.325	-	284.035	288.360	292.186	-	288.360	292.186	-
Fundos de Investimentos	-	4.325	-	168.370	172.695	176.409	-	172.695	176.409	-
Certificados de Depósito Bancário	-	4.325	-	4.325	4.325	4.325	-	4.325	4.325	-
Debêntures	-	-	-	5.660	5.660	5.433	-	5.660	5.433	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	54.326	54.326	58.055	-	54.326	58.055	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	108.384	108.384	108.596	-	108.384	108.596	-
Carteira Administrada	-	-	-	115.665	115.665	115.665	-	115.665	115.665	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	115.665	115.665	115.665	-	115.665	115.665	-
Outras aplicações	-	-	-	112	112	112	-	112	112	-

e) Composição por prazo e por título

2013	1 a 30 dias ou sem vencimento		31 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil/Valor justo	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	92.081	(2.026)	439	20.007	110.501	-	110.501	-	110.501	-
Fundos de Investimentos	92.081	(2.026)	439	20.007	110.501	-	110.501	-	110.501	-
Cotas de fundos de investimento	25.051	-	-	-	25.051	-	25.051	-	25.051	-
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	42.915	-	-	-	42.915	-	42.915	-	42.915	-
Debêntures	-	-	-	96	96	-	96	-	96	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.987	3.987	-	3.987	-	3.987	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	24.523	-	8	439	15.924	-	24.523	-	24.523	-
Titulos da Dívida Agrária	-	-	-	16.371	16.371	-	16.371	-	16.371	-
Outros/Caixa/Valores Pagár/Receber/DI	(260)	(2.034)	-	-	(2.294)	-	(2.294)	-	(2.294)	-
Carteira Administrada	(148)	-	-	(148)	(148)	-	(148)	-	(148)	-
Outros/Caixa/Valores Pagár/Receber/DI	(148)	-	-	-	(148)	-	(148)	-	(148)	-
Disponíveis para venda	2.001	10.770	6.198	199.543	218.512	220.469	(1.957)	218.512	220.469	(1.957)
Carteira Administrada	2.001	10.770	6.198	199.543	218.512	220.469	(1.957)	218.512	220.469	(1.957)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	28.697	28.697	31.281	(2.584)	28.697	31.281	(2.584)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	10.765	10.765	10.709	56	10.765	10.709	56
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	105.904	105.904	107.129	(1.225)	105.904	107.129	(1.225)
Titulos da Dívida Agrária	2.001	10.770	6.198	32.106	51.075	51.398	(323)	51.075	51.398	(323)
Debêntures	-	-	-	12.632	12.632	12.835	(203)	12.632	12.835	(203)
Mantidos até o vencimento	-	4.325	-	284.035	288.360	292.186	-	288.360	292.186	-
Fundos de Investimentos	-	4.325	-	168.370	172.695	176.409	-	172.695	176.409	-
Certificados de Depósito Bancário	-	4.325	-	4.325	4.325	4.325	-	4.325	4.325	-
Debêntures	-	-	-	5.660	5.660	5.433	-	5.660	5.433	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	54.326	54.326	58.055	-	54.326	58.055	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	108.384	108.384	108.596	-	108.384	108.596	-
Carteira Administrada	-	-	-	115.665	115.665	115.665	-	115.665	115.665	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	115.665	115.665	115.665	-	115.665	115.665	-
Outras aplicações	-	-	-	112	112	112	-	112	112	-

f) Composição por prazo e por título

2013	1 a 30 dias ou sem vencimento		31 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil/Valor justo	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	92.081	(2.026)	439	20.007	110.501	-	110.501	-	110.501	-
Fundos de Investimentos	92.081	(2.026)	439	20.007	110.501	-	110.501	-	110.501	-
Cotas de fundos de investimento	25.051	-	-	-	25.051	-	25.051	-	25.051	-
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	42.915	-	-	-	42.915	-	42.915	-	42.915	-
Debêntures	-	-	-	96	96	-	96	-	96	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.987	3.987	-	3.987	-	3.987	

20. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais (*)	
	2014	2013	2014	2013
Natureza				
Fiscal				
PIS e COFINS (Multa de mora)	-	547	3.504	18
INSS	-	547	457	-
Outros	-	-	1.690	18
Trabalhista				
Cível	4.039	-	120	-
Total	4.039	1.084	3.878	133

(*) Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 8.523 (R\$ 206 em 31 de dezembro de 2013). **PIS e COFINS** - Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora passou a considerar para a apuração do PIS e da COFINS apenas as receitas de prêmio, deixando de considerar as demais receitas. Em novembro de 2013, com a finalidade de obtenção dos benefícios oferecidos pelo REFIN, a Seguradora constituiu os tributos incidentes sobre as demais receitas que não possuíam provisão e pagou o PIS e a COFINS até esta data. Os valores pagos no REFIN totalizaram R\$ 184.674, sendo R\$ 172.745 de COFINS e R\$ 11.929 de PIS. Para os períodos seguintes os valores não pagos, atualizados pela SELIC até dezembro de 2014, são de R\$ 480 de PIS (R\$ 306 até dezembro de 2013) e R\$ 2.956 de COFINS (R\$ 1.885 até dezembro de 2013). Em 01 de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a VIDA Seguradora S.A., e o montante de PIS sobre as receitas financeiras entre maio de 2009 e outubro de 2014, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.633 (R\$ 1.312 até dezembro de 2013), enquanto que a COFINS é de R\$ 10.055 (R\$ 8.071 até dezembro de 2013). Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a Administração, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que os prêmios de seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento de uma seguradora. A fim de garantir a manutenção da base de cálculo do PIS e da COFINS, sob o entendimento de que as receitas financeiras não a compõe, a Seguradora ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, em agosto/2014. **Discussões administrativas:** **PIS e COFINS** - Multa de mora - Em dezembro de 2013 a Seguradora desistiu da discussão judicial que concedia liminar para a suspensão dos créditos de PIS e de COFINS, e efetuou o pagamento à vista dos tributos vencidos entre janeiro e outubro de 2013, sem a incidência da multa, tendo em vista a referida liminar de suspensão. Face a não concordância da Receita Federal com o não pagamento da multa sobre referido período, a Seguradora ingressou com Mandado de Segurança para discutir a cobrança e efetuou depósito judicial de R\$ 1.164 de COFINS e R\$ 193 de PIS, atualizados até dezembro de 2014. Aguarda julgamento em primeira instância. A probabilidade de perda do processo é considerada pelos advogados como "possível". **INSS** - Em novembro de 2009 a VIDA Seguradora S.A., empresa incorporada em novembro de 2014, aderiu ao REFIN instituído pela Lei nº 11.941 e pagou débitos de INSS de competência 2004, porém, devido a falhas no cumprimento de obrigações acessórias, as autoridades fiscais não reconheceram o pagamento do débito, os quais foram cobrados por execução fiscal, em conjunto com outros débitos de mesma natureza que foram recolhidos com erro no preenchimento das guias. Aguarda julgamento de Embargos à Execução Fiscal. Os advogados consideram a probabilidade de perda como "possível", foi efetuado depósito judicial de R\$ 457, atualizado pela SELIC até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 407 em dezembro de 2013). **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração. **Cíveis** - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas estipulantes de apólice de seguro de vida em grupo, na justiça trabalhista, pleiteando direitos oriundos da relação de trabalho existentes com as estipulantes, entre eles, negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. Não há, nestes casos, qualquer relação empregatícia entre os demandantes e a Seguradora.

b) Movimentação

	2014			2013		
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cível	Total	Total	Total
Saldo inicial						
Constituições/Reversões	547	537	-	1.084	-	-
Atualização monetária	(547)	(938)	3.721	2.236	-	-
Incorporação	-	22	-	22	-	-
Baixas	-	379	318	697	-	-
Saldo final				4.039	4.039	

	2013			2014		
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cível	Total	Total	Total
Saldo inicial						
Constituições/Reversões	225.323	427	-	225.750	-	-
Atualização monetária	32.456	130	-	32.586	-	-
Baixas	(284.932)	(20)	-	(284.952)	-	-
Saldo final				547	537	1.084

c) Composição das ações judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal por probabilidade de perda

	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
I - Fiscais						
Provável	-	-	-	1	547	547
Possível	4	1.814	-	-	-	-
Total	4	1.814	-	1	547	547

	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
II - Trabalhistas						
Provável	-	-	-	3	697	537
Possível	2	804	-	1	119	-
Remota	15	4.984	-	13	1.918	-
Total	17	5.788	-	17	2.734	537

	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
III - Cíveis						
Provável	5	396	243	-	-	-
Possível	361	12.955	3.796	-	-	-
Remota	107	3.225	-	-	-	-
Total	473	16.576	4.039	-	-	-

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 308.295 (R\$ 218.295 em 31 de dezembro de 2013), sendo o aumento de capital no valor de R\$ 160.471 em aprovação pela SUSEP e, está representado por 38.433.749 ações ordinárias, sem valor nominal (26.665.783 ações em 31 de dezembro de 2013). Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2013 26.665.783 Aumento de capital de R\$ 160.471 - AGE 31/10/2014 11.767.969 Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2014 38.433.749 **b) Reservas de capital:** O valor registrado na rubrica reserva de capital refere-se à atualização de títulos patrimoniais advindos da investida MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Devido a incorporação da Vida Seguradora S.A. houve o aumento na reserva de capital de R\$ 1.960. **c) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Seria constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. **g) Distribuição de dividendos:** Lucro líquido do exercício 4.032 Constituição da reserva legal (5%) 202 **Lucro líquido ajustado 3.830** Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 958 Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores 31.300 **Total de dividendos distribuídos e pagos 32.258** Distribuição dos dividendos 32.258 Quantidade de ações 38.433.749 Ações ordinárias 38.433.749 Dividendos distribuídos por ação 0,8393 Ações ordinárias

PARCECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da MAPFRE Vida S.A. São Paulo - SP Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vida em grupo	417.665	393.289	67,20%	197,34%	27,41%	30,00%
DPVAT	51.898	42.879	86,98%	87,27%	1,41%	1,44%
Acidentes pessoais coletivo	31.188	30.906	40,64%	24,84%	35,76%	42,78%
Pessoas individuais	17.725	-	19,05%	-	(58,52%)	-
Demais ramos	2.725	904	26,02%	197,34	1,46%	13,08%
Total	521.201	467.978	65,72%	79,68%	22,26%	28,26%

b) Prêmios emitidos:

	2014	2013
Prêmios diretos	507.433	468.699
Prêmios de cosegueros aceitos	620.405	570.989
Prêmios de cosegueros cedidos	1.912	4.155
Restituição de prêmio	(166.651)	(149.004)
Repasse DPVAT	(131)	(320)
	51.898	42.879

c) Sinistros ocorridos:

	2014	2013
Sinistros	(342.552)	(372.892)
Consórcio DPVAT	(299.588)	(293.635)
Ressarcimentos	(50.907)	(34.048)
IBNR	502	504
IBNER	668	607
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	9.553	(39.358)
Serviço de Assistência	(6)	(412)
	(2.774)	(2.336)

d) Custo de aquisição:

	2014	2013
Comissões	(116.021)	(132.255)
Recuperação de comissões	(130.736)	(152.503)
Despesas com inspeção de riscos	17.245	18.318
Variação das despesas de comercialização diferidas	(405)	(310)
Outras despesas	(2.199)	2.232
	74	8

e) Outras receitas e despesas operacionais:

	2014	2013
Operações intra empresas (nota 25)	(52.775)	(16.701)
Apólices e contratos	(22.047)	-
Despesas com cobrança	(12.606)	(13.254)
Lucros atribuídos	(6.755)	(2.816)
Provisões para riscos de créditos	(3.129)	(1.956)
Despesas/Receitas com DPVAT	(2.379)	2.344
Contingências cíveis	2.165	1.874
Outras receitas/(despesas)	(3.650)	-
	(4.374)	(2.893)

f) Resultado de resseguro:

	2014	2013
Receitas com resseguro	5.256	14.300
Recuperação de indenização - direito	4.880	13.238
Variação das provisões de resseguro	376	1.062
Despesas com resseguro	(10.735)	(18.405)
Prêmio de resseguro - direito	(4.363)	(15.224)
Variação das provisões de resseguro	(6.372)	(3.181)
Resultado de resseguro	(5.479)	(4.105)

g) Despesas administrativas:

	2014	2013
Pessoal próprio	(26.275)	(36.592)
Serviços de terceiros	(13.457)	(14.515)
Localização e funcionamento	(4.390)	(10.155)
Publicidade e propaganda	(7.579)	(7.695)
Outras despesas administrativas	(1.707)	(2.827)
	858	(1.400)

h) Despesas com tributos:

	2014	2013
COFINS	(12.391)	(35.744)
PIS	(8.909)	(31.366)
Taxa de fiscalização	(1.457)	(2.737)
Outras despesas com tributos	(1.031)	(956)
	(994)	(685)

i) Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras	57.210	124.423
Rendimentos aplicações	53.431	38.724
Rendimentos equivalente de caixa	646	542
Operações de seguros	1.944	182
Tributos (*)	783	84.638
Outras receitas	406	337
Despesas financeiras	(10.913)	(15.506)
Operações de seguros	(8.320)	(4.231)
Taxa administrativa	(2.075)	(1.012)
Encargos sobre tributos/juros	(174)	(9.862)
Outras despesas financeiras	(344)	(401)
Total	46.297	108.917

(*) Refere-se à reversão das atualizações monetárias das contingências de PIS e COFINS, no montante de R\$ 82.400, em função dos benefícios de adesão ao programa REFIN. (Vide nota 20).

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2014	2013
Imposto de Renda	7.147	7.147
Contribuição Social	(27.134)	(27.134)
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos e após participações	1.121	109.409
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(783)	(408)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.995)	(1.120)
Alíquota efetiva (%)	28%	16%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar:

	2014	2013	Varição
Ativo	2.014	2.013	(1)
Tributos a compensar	4.614	9.096	(4.482)
Tributos retidos na fonte	3.066	5.403	(2.337)
Total circulante	7.680	14.499	(6.819)
Diferenças temporárias:			
Tributos diferidos sobre agio (*)	33.605	-	33.605
Ajustes de títulos a valor justo	783	1.563	(780)
Contingências tributárias	(48)	219	(267)
Provisão para riscos de crédito	7.492	530	6.962
Provisão para participação nos lucros	2.742	1.942	800
Contingências cíveis	1.616	-	1.616
Contingências trabalhistas	-	214	(214)
Outras Provisões	15.733	2.714	13.019
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	173.561	174.478	(917)
Total não circulante	235.484	181.660	53.824

(*) Valor incorporado da Vida Seguradora S.A. As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado	-	96.416	87.712	84.846	1.410.846 (*)
Compensação (30% do Lucro)	-	(28.925)	(26.314)	(25.454)	(423.254)
Compensação do Crédito Tributário (40%)	-	(11.570)	(10.525)	(10.181)	(169.301)
IRPJ	108.437	(7.231)	(6.578)	(6.363)	(88.303)
CSLL	65.124	(4.339)	(3.947)	(3.818)	(52.982)
Saldo Crédito Tributário	173.561	(11.570)	(10.525)	(10.181)	(141.285)
Saldo a Compensar	173.561	161.991	151.466	141.285	-

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do Grupo.

24. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 268 (R\$ 254 em dezembro de 2013).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil. Essas operações referem-se à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores em dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	2014	2013
Proventos	2.201	1.585
Total	2.201	1.583

b) Compartilhamento de despesas: Em